EXPRESSO REFER

ANO XI - Nº 77
MARÇO/ABRIL DE 1997
ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL

Lei viabiliza solução para dívida e déficit

O Diário Oficial da União, de 18 de dezembro de 1996, publicou a Lei 9.364 que "dispõe sobre o pagamento com sub-rogação, pela União, de dívidas da Rede Ferroviária Federal S/A-RFFSA junto ao Instituto Nacional de Seguro Social-INSS e a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social-REFER, e dá outras providências".

A Lei 9.364 foi promulgada pelo presidente do Senado Federal, José Sarney, e manteve na íntegra o constante da Medida Provisória 1.529, de 19 de novembro de 1996, que o Expresso REFER Nº 76, publicou na sua edição de dezembro do ano passado.

Benefícios

Pela Lei 9 364 fica solucionado o problema da dívida da RFFSA com a Fundação, em cerca de R$ 408 milhões. A partir do próximo ano terá iniciado o seu pagamento, através de títulos de crédito securitizados, resgatáveis em oito anos.

Da mesma maneira, o instrumento legal beneficia, em caráter excepcional os participantes transferidos às empresas não patrocinadoras da REFER, formadas através do processo de privatização das malhas da RFFSA. Estes empregados têm, agora, e por prazo determinado, facultado o resgate do respectivo saldo da reserva de poupança. Os recursos para este fim , são repassados pela patrocinadora RFFSA, com prioridade de pagamento aos ferroviários desligados. A Lei estabelece, também, a criação de um Grupo Interministerial (ler matéria na página 3), para estudar e sugerir medidas voltadas ao equilíbrio econômico, financeiro e atuarial da REFER.

Grupo de Trabalho interministerial estuda a REFER

A Portaria Interministerial nº 1, de 24 de fevereiro de 1997, assinada pelos ministros Reinhold Stephanes, da Previdência e Assistência Social; Alcides José Saldanha, dos Transportes; Pedro Sampaio Malan, da Fazenda; Antonio Kandir, do Planejamento e Orçamento, de acordo com o que determina a Lei 9.364, criou Grupo de Trabalho para estudar e sugerir medidas relacionadas à redução do potencial déficit da Fundação.

Íntegra

É a seguinte a íntegra da Portaria Interministerial: **"O MINISTRO DA ESTADO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DOS TRANSPORTES, DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II., da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 9.364, de 16 de dezembro de 1996, resolvem:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar e sugerir medidas para a redução do déficit potencial da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER e a eliminação de dispositivos do estatuto social e do regulamento básico da mesma, que imponham às entidades patrocinadoras a obrigatoriedade de cobrir majoritariamente o referido déficit.

Art. 2º Designar para compor o Grupo de Trabalho, sob a coordenação do Representante do Ministério da Fazenda, os servidores a seguir indicados:

- Antônio Luiz Bronzeado - Ministério da Fazenda - MF
- Cesar Bastos Motta e Silva - Ministério dos Transportes - MT
- José da Silva Crespo Filho - Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS
- Paulo Cesar dos Santos - Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS
- Eduardo Pedreira - Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO
- José Antonio Schmitt de Azevedo - Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA
- Aloysio Sérgio Fagundes de Azevedo - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER.

Art. 3º Fixar em 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, o prazo para a realização dos estudos e apresentação do relatório conclusivo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação."

Expresso REFER entra em nova fase editorial

O diretor-superintendente da REFER, eng.º Aloysio de Azevedo, através de resolução, de 19 de fevereiro de 1997, criou Grupo de Trabalho multidisciplinar, de modo a contribuir e colaborar para edição do jornal Expresso REFER", incluindo estudos para sua reformulação gráfica - editorial.

A medida tem por objetivo proceder uma maior integração empresarial, com o envolvimento editorial de todas as áreas da Fundação, oferecendo assim ampla criatividade para geração de assuntos que tenham sempre o participante como âncora do processo de comunicação.

A resolução estabelece, ainda, a competência da Assessoria de Comunicação Social e Marketing - ASCOM, como "responsável pela coordenação de todas as etapas que envolvem a edição do jornal".

O Grupo de Trabalho ficou assim constituído: Fernando João Abelha Salles - ASCOM/DISUP, Carlos Frederico Aires Duque - ASSOC/DIFIN, Denise Pestana Cunha Telles - ASOME/DIRAD e Antônio Alfredo Malaquias de S. Pinto - DISEG.

Diretor da REFER é nomeado liquidante da Previ - Banerj

O eng.º José da Silva Crespo Filho foi designado pelo ministro da Previdência e Assistência Social, Reinold Stephanes, liquidante da Previ - Banerj, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Estado do Rio de Janeiro.

Em 1995, quando da total reformulação da diretoria executiva da REFER, José Crespo assumiu a Diretoria Fiscal da Fundação, nomeado pela Secretária de Previdência Complementar, Carla Grasso. Segundo a imprensa especializada registrou, sua atual nomeação "ajudaria nas negociações de todo acordo em desenvolvimento para viabilizar a privatização do BANERJ."

EXPRESSO REFER
Rua da Quitanda,173
Centro – Rio de Janeiro
CEP: 20 091- 000

Neste número:
Relatório Anual 1996
(Encarte Especial)

REFER tem projeto de reestruturação voltado aos programas mercadológico, empresarial e de produtos e serviços (página 7)

IMPRESSO

REFER prepara-se para competir no mercado emergente

Aloysio de Azevedo

Com sua iniciação na década de 70, a previdência complementar fechada, foi oficializada no Brasil, através das empresas estatais. No entanto, a regulamentação desta modalidade previdencial surgiu através da Lei 6.435/77 que trata do funcionamento das Entidades Fechadas de Previdência Privada. A partir da edição da Lei e da legislação complementar que se seguiu, a constituição, organização e funcionamento daquelas entidades, passaram a depender de prévia autorização do governo federal.

A Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, foi instituída pela Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), em 07 de fevereiro de 1979, como pessoa jurídica de direito privado, de fins assistenciais, filantrópicos, previdenciais e não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Na época, a REFER se formou lastreada na filosofia da solidariedade de gerações. A RFFSA tinha um quadro permanente de mais de 90 mil funcionários, e previa-se um amplo desenvolvimento dentro de uma política de crescimento, haja vista os projetos desenvolvidos de construção ferroviária, que situava-se naquela década, ampla e filosoficamente, na premissa de investimentos para recuperação do transporte sobre trilhos.

Na realidade, o modelo político-econômico do governo para administração das estatais transformou-se, fundamentalmente, a exemplo de outros países em desenvolvimento, voltando-se para privatização de suas empresas de capital e de serviços, na qual as ferrovias federais lideraram o processo.

A nova realidade ferroviária atingiu de cheio a REFER. De repente, ela se viu premida a se reestruturar estatutariamente, para passar à uma Fundação multipatrocinada e, assim, atender as novas concessionárias da União, para as ferrovias.

Concomitantemente, entre as mudanças estruturais das patrocinadoras, nos seus processos de privatização (RFFSA) e estadualização (CBTU), o governo incentivou a redução do número de funcionários, através do incentivo à aposentadoria e, até mesmo à demissões voluntárias e outras medidas que alavancassem o interesse econômico pelas ferrovias.

O que se quer é otimizar uma nova REFER, estável social e economicamente, voltada à satisfação dos seus clientes

Este quadro de marcantes mudanças políticas e institucionais, impulsiona a REFER em sua reformulação, com vistas a se preparar para a esta nova realidade.

A reforma administrativa está em pleno desenvolvimento, com a criação da Central de Atendimento, que aumentou a produtividade do serviço em cerca de 300% com uma redução de 52,9 % nos custos da Fundação; com a implementação de um modelo integrado de gestão, levando a prática de taxas de administração competitivas no mercado.

Novos planos de benefícios serão oferecidos para as empresas, com o objetivo de se ampliar as opções de produtos, para o que estamos nos assessorando da MERCER MW, empresa especializada em atuária.

Com esta medida a REFER terá disponível para as empresas Planos de Benefício Definido, de Contribuição Definida e Misto, garantindo atender as espectativas, tanto das empresas quanto dos empregados, apoiando a relação capital-trabalho.

É importante ressaltar, a existência de um esforço comum, que envolve a REFER, a RFFSA, o BNDES, a Secretaria de Previdência Complementar e os Ministérios dos Transportes, da Previdência, da Fazenda e do Planejamento, que culminou com a edição de Medida Provisória, já transformada na Lei Nº 9.364, de 16/12/96, à qual equacionou o débito de R$ 408 milhões da RFFSA com a Fundação, e determinou a criação de grupo de trabalho interministerial visando elevar a solução para a REFER, ao Poder Executivo.

Assim a Nova REFER está surgindo. Partir-se-á para um marketing agressivo, tornando-a uma realidade como Fundação Multipatrocinada, que conquistará as mais variadas Empresas.

O que se persegue é otimizar uma Nova REFER estável econômica e socialmente, na garantia de seu objetivo previdenciário, voltado à satisfação dos seus clientes.

O Brasil esta mudando, a REFER acompanha as mudanças, existe espaço para todos que trabalharem para um País melhor.

** O engº Aloysio de Azevedo foi ex-diretor administrativo/financeiro da CBTU e, desde setembro de 1995 é diretor-superintendente da REFER*

Cartas

Medida Provisória

...Sinto-me no dever de expor minha satisfação quanto o que observei no Expresso REFER, mês de dezembro, na coluna A Nova REFER aumentando a nossa credibilidade na Fundação. Considero a Medida Provisória Nº 1 529 fator preponderante e, por demais significativo para REFER, pelo que ela representa para seus participantes...

... Sinto-me no dever de manter contato com a REFER para que possamos estar engajados nesta luta de recuperação da Fundação. ... a fim de ver nossa previdência privada rumar na busca de uma eficiência cada vez maior... não podemos ter uma visão apenas dos dias atuais mas, também, daquilo que está num futuro mais alongado, e que diz respeito ao interesse comum ...

NR - *O seu soneto está sendo publicado neste número do Expresso REFER.*

...É grande a emoção de cada mês quando me dirijo ao Banco, com absoluta certeza de receber a suplementação paga pela REFER. Aproveito a oportunidade para atualizar meu endereço.

Djalma dos Santos. Campo Grande - MS.

NR - *O seu endereço já foi atualizado.*

Calendário de Pagamento

O Expresso REFER recebeu algumas cartas de participantes, pelas quais pedem informações e questionam sobre a mudança da data do pagamento da suplementação. Escreveram: Alayde Loureiro Casado Lima, Maceió. AL; Aylton Sarmento Lopes, Rio de Janeiro. RJ; Rubens Morais da Silva, Belo Horizonte. MG. Lourival Pereira de Andrade, Iaçu. BA; Edmundo João Max Conrad, Porto Alegre. RS; Paulo da Silva Leite. RJ.

NR - *São muitos os motivos que implicam em medidas acauteladoras, com o objetivo de se manter o equilíbrio econômico-financeiro da Fundação. O momento que hoje atravessamos é difícil e diferente do que antes existia. Para manter-se o pagamento no último dia do mês a REFER estaria forçada a vender seus ativos, com conseqüências danosas para suas reservas matemáticas, fato que agravaria sua saúde econômico- financeira. Mudamos para os primeiros dias do mês apenas para proteger a Fundação.*

Ações na Justiça

A comunidade ferroviária e metroviária - ativos e assistidos - acha-se estarrecida com o que tornou público o Expresso REFER, nº 75 no que concerne às ações judiciais impetradas por alguns participantes ... que investem contra o patrimônio da nossa Fundação. A justiça, temos fé, saberá reconhecer a intenção devastadora ... e negar-lhes, peremptoriamente, o pretenso direito, objeto de suas ambiciosas ações.

Alfredo Melo, Rio de Janeiro. RJ.

Cumprimentos

... Os nossos parabéns pelo 18º aniversário da REFER comemorado em 18 de fevereiro de 1997.

Ernesto da Costa Silveira. Santos Dumont. MG.Agradeço muito o envio do jornal...

José Francisco Pavelec. Ponta Grossa. PR.

Homenagem a Maria Fumaça

Locomotiva saudosa, vulgo Maria Fumaça, alguns
se lembram de ti, mas de uma forma sem graça; o
teu saudoso apito, guardo em minha lembrança, só
que tua volta aos trilhos não há nenhuma esperança

Deslizastes sobre os trilhos de nosso imenso Brasil,
conduzindo passageiros e cargas, nesta pátria varonil,
se já tivesse esquecido, seria muito ingrato, é pena
que agora estais em profundo anonimato

Quando eu te conheci, no teu pedestal de glória,
não pensava que um dia, tu ias passar pra história,
restando só a lembrança, que guardo em minha memória,
daqueles dias fagueiros, dos velhos tempos de outrora

No dick de Cabedelo, te conheci bem melhor, dentro
daquela oficina, me molhando de suor, pra te deixar
toda pronta, a fim de os trens percursar, não podendo
desta forma este detalhe escapar

Ao lado de um chefe amigo, honrado e habilidoso,
chamado de cabo Euclides, apelido muito honroso,
sua excelente atitude não tenho como explicar,
num gesto muito sincero, me botou pra trabalhar

Eu cuidava bem de ti, da tua manutenção, por isto
é que ainda guardo, tamanha recordação, foste a
princesa dos trilhos, caminhando sem parar, venho
com sinceridade, esta honra te prestar

Foi num passado longínquo, que comecei meu labor,
junto a outros companheiros, a fim de manter teu vapor;
sinto-me muito feliz, por estes serviços prestados,
os anos foram passando, tudo se modificando,
hoje estou aposentado

Depois de muito trabalho, te aposentaram também,
arranjaram outra Maria, que ficou no vai e vem;
hoje não mais se ouve, do teu apito o sonido,
é prova que neste mundo, tudo fica esquecido

Como todo aposentado, caístes no esquecimento;
não lembram que teus serviços, eram prestados
a contento; fizestes nossos transportes, de
maneira eficaz, porém de uma coisa sei, que
os tempos não voltam mais.

Tu te fostes para sempre, cumpristes tua missão;
fazendo com que agora, eu sinta esta emoção,
compondo pra ti estes versos, que por bem me pareceu,
já que estais transformada numa peça de museu

Funda °o Rede FerroviÆria de Seguridade Social - REFER
Rua da Quitanda, 173 – CEP 20091-000 Rio de Janeiro – RJ
FAX: (021) 263 6787 – Telex: 2135980 RFER BR

CONSELHO DE CURADORES
Presidente
Cláudio José Acatauassú Tocantins
MEMBROS EFETIVOS
Francisco Antônio Ellery Cavour
Garcia D'Ávila Pires de C. E Albuquerque (Suplente)
Júlio César Fontes Monnerat
Dagoberto Tadeu Prestes de Paula
MEMBROS SUPLENTES
Dirceu Miguel Brandão Falce
João Pedro de Jesus Moura
Garcia D''Ávila Pires de C. E Albuquerque
Arrenaldo Bonavita Teixeira
Vicente Pinto de Macedo
CONSELHO FISCAL
Presidente
Carlos de Lima Moulin
MEMBROS EFETIVOS
Rosana Pio de Abreu
Paulo Adalberto Alves Paim
MEMBROS SUPLENTES
Aroldo Carlos Maioli
Paulo Ricardo Milendo Soares
Antonio Vicente da Rocha
DIRETORIA EXECUTIVA
Diretor-Superintendente
Aloysio Sérgio F. de Azevedo
Diretor de Seguridade
Almir Ferreira Gaspar
Diretor Financeiro / Administrativo
Carlos Alberto Pinto da Silva
CONSELHO EDITORIAL
Fernando Abelha - ASCOM/DISUP
Carlos Frederico Aires Duque - ASSOC/DIFIN
Denise Pestana Cunha Telles - ASOME/DIRAD
Antônio Alfredo Malaquias de S. Pinto - DISEG

EXPRESSO REFER

EDITOR RESPONSÁVEL
Fernando Abelha - R.G. 11.774
Diagramação:
Luiz Carlos de Oliveira - R.G. 14.949
Fotografia e Arte
Carlos Pinto
COLABORAÇÃO
Mirian Miguel
Editoração eletrônica:
Coutinho – tel: 556 1118
Tiragem: 70 mil exemplares
Periodicidade Trimestral

RFFSA restabelece taxa de 11,61% das Patrocinadoras

O presidente da Rede Ferroviária Federal S/A -RFFSA, Isaac Popoutchi, através da carta nº 034/PRF/97, endereçada ao engenheiro Aloysio de Azevedo, diretor - superintendente da REFER, em que autoriza adotar, "a partir de janeiro de 1997, a taxa de 11,61%, a taxa estatutária de contribuição das Patrocinadoras, consoante orientação da Secretaria de Previdência Complementar", órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Com a medida, a RFFSA restabeleceu a mesma situação de 1979, quando da criação da REFER.

Ao instituir a taxa de 9,48% a partir de dezembro de 1985 a RFFSA entendia que a Fundação apresentava superávit. Essa medida trouxe significativo prejuízo às reservas técnicas da REFER e contribuiu, para o atual desequilíbrio atuarial.

Íntegra

Eis a íntegra da carta do presidente da RFFSA:

Senhor Diretor-Superintendente,

Reportamo-nos à Avaliação Atuarial de 1996 do Plano Solidário RFFSA / CBTU-CPTM/Flumitrens/REFER, elaborada pela STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., encaminhada para nossa apreciação pela Carta nº CRT/0022-97/DISUP, de 24/01/97.

Ao tomarmos conhecimento de seus resultados, que indicam 'grande déficit atuarial', por via de conseqüência, que apontam uma elevada taxa de contribuição necessária ao reequilíbrio dos Planos de Custeio e Benefícios, permitimo-nos ressaltar as circunstâncias excepcionais em que foi realizada esta Avaliação Atuarial.

Os processos de transformação institucional e reformulação organizacional das entidades Patrocinadoras, em adiantado estágio de implementação, vem ensejando continuas e significativas alterações nas premissas e dados básicos de cálculo admitidos, tornando efêmeras conclusões de uma Avaliação Atuarial ainda não referenciada a uma situação de relativa estabilidade das Patrocinadoras e Participantes.

No caso particular da RFFSA, há ainda a destacar os efeitos da Lei nº 9 364, de 16/12/96, que, entre outras disposições relevantes, facultou aos participantes da REFER que tenham sido transferidos a empresas não patrocinadoras o resgate de suas reservas de poupança, bem como determinou a constituição de Grupo de Trabalho Interministerial para estudar e sugerir medidas com vistas à redução do déficit potencial da REFER.

Tendo em vistas esse contexto, considerando os estudos que a REFER está promovendo para identificar novo e viável equacionamento da questão, contemplando a segmentação e reformulação dos Planos e Benefícios e Custeio, assim como as restrições orçamentárias e financeiras a que a RFFSA está submetida, orientamos essa Fundação para:

1. Adotar, a partir de janeiro de 1997, a taxa de 11,61% como taxa estatutária de contribuição das Patrocinadoras, consoante orientação da Secretaria de Previdência Complementar-SPC/-MPAS a respeito.

2. Diligenciar no sentido da ultimação dos estudos em curso visando a reformulação dos Planos de Benefícios e Custeio, de maneira a subsidiar as decisões pertinentes.

3. Prosseguir na implementação das medidas de racionalização administrativa da REFER, objetivando modernizar seus sistemas e reduzir custos operacionais, bem como de providências relativas à adequação de sua carteira imobiliária, visando maior rentabilidade e observância dos limites regulamentares.

Ao ensejo, reiteramos a firme disposição desta Empresa em buscar, com a cooperação das demais Patrocinadoras, e em estreita articulação com a Secretaria de Previdência Complementar-SPC/-MPAS, adequada solução para o equilíbrio atuarial e financeiro da REFER, em bases compatíveis às novas realidades de suas Patrocinadoras, de acordo com a legislação pertinente e com a orientação governamental relevante.

Atenciosamente – **Isaac Popoutchi** – Presidente

Almir Ferreira Gaspar
Diretor de Seguridade

NOVOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

As mudanças institucionais por que passam as Patrocinadoras da **REFER** têm trazido reflexos diretos à Fundação. A privatização das malhas da RFFSA, aliada à estadualização da CBTU (STU-Rio e STU-São Paulo já concluídas), a entrada do Plano do Metrô-RJ no mês de setembro/94 e a reforma da Previdência Social, sinalizaram à **REFER** a necessidade de desenvolver estudos de mudanças estatutárias, impelindo-a a empreender alterações, buscando novas formas de Planos de Benefícios, de modo a tornar a **REFER** uma administradora de Fundos de Pensão.

A **REFER** já tem, praticamente, concluído o estudo para implantação de seu novo plano de Benefícios. Trata-se de um plano de aposentadoria, do tipo **Contribuição Definida**, com características especiais.

O que é plano de Contribuição Definida: É um tipo de plano de aposentadoria, no qual se estabelece a contribuição mensal que o participante vai recolher, por um determinado tempo, para usufruir, de um determinado benefício suplettivo, ou seja, o participante sabe qual o valor da contribuição e pode aumentá-lo ou diminui-lo conforme sua vontade e decisão, porém o valor do benefício é uma projeção, resultante da aplicação dos recursos acumulados enquanto participante ativo. Desse modo, retorna a cada participante o equivalente ao seu esforço de poupança, o que torna o plano mais justo, com a garantia do controle pelo próprio dos saldos de suas contas individuais, com as contribuições do participante e da patrocinadora, controladas em separado. Fica, assim, eliminada a possibilidade de insuficiência de cobertura, tão comum nos planos de Benefício Definido, no qual o público alvo é solidário, não importando o valor contribuído individualmente por cada participante.

Como funciona o novo plano: O plano segue a metodologia da Contribuição Definida para aqueles benefícios que podem ser programados pelos participantes, como as aposentadorias em geral. A semelhança com o plano de Benefício Definido fica por conta da sua característica mais importante, qual seja, o aspecto social que assegura ao participante a cobertura daqueles benefícios imprevisíveis, como morte e invalidez.

O que ocorreu com o plano atual: O atual plano de Benefício Definido que tem por premissa fundamental, a solidariedade dos componentes do grupo, que se desgastou naturalmente face as fortes variações a que esteve sujeito ao longo do tempo, como por exemplo, a falta de renovação da massa pelo não ingresso de novos participantes, as transformações estruturais e conjunturais das Patrocinadoras, as incertezas quanto aos rumos futuros da Previdência Oficial, dentre outras coisas.

A REFER vem desenvolvendo o estudo para implantação do novo plano, com a certeza de que se as instituições não se modernizarem e nem se adequarem a nova realidade política e econômica, não poderão prosperar em um mercado, cada vez mais competitivo, no qual o participante, o nosso cliente especial, exige maior qualidade e menor custo dos serviços e produtos que lhe são oferecidos.

É com essa vontade e necessidade de acompanhar o futuro, que a **REFER** está mudando para melhor.

Modelo do Novo Plano

Poderão ser contribuintes do novo plano os participantes ativos e as empresas patrocinadoras

APOSENTADORIA

O novo modelo de plano de aposentadoria em desenvolvimento pela REFER, é do tipo Contribuição Definida (leia no Editorial) .Ele tem características especiais, para os casos de morte e invalidez com o objetivo de resguardar o participante quanto aos fatos imprevisíveis. Os benefícios do plano resultarão da acumulação da poupança individual dos participantes e de contribuições das empresas patrocinadoras.

Poderão aderir ao novo plano os atuais participantes ativos que optarem por sua transferência, bem como os novos empregados admitidos nas Patrocinadoras e, também, empregados transferidos para as Concessionárias.

O Salário-de-Participação do novo plano consiste na soma de todas as parcelas de remuneração do participante sobre as quais incidirem contribuição para Previdência Oficial, não restrita ao limite máximo do Salário-de-Contribuição do INSS.

Contas Individuais – Cada participante possuirá três contas individuais: Conta das contribuições do Participante (constituída do saldo da Reserva de Poupança existente na data da migração); Conta das contribuições da Patrocinadora (constituída das futuras contribuições das Patrocinadoras) e a chamada Conta de Transferência. A conta de transferência equivalerá a um valor, à título de incentivo à migração. Para cada conta será emitido, periodicamente, um extrato de controle dos respectivos saldos. O fundo, composto pelas contas individuais será administrado para gerar capitalização dos benefícios a conceder.

Os benefícios previstos no plano atingem aos seguintes segmentos:

- **PENSÃO POR MORTE**
- **BENEFÍCIO ANTECIPADO POR DESLIGAMENTO**
- **BENEFÍCIO MÍNIMO**
- **ABONO ANUAL • ABONOS**

REFER Publica Demonstrativo Analítico de Investin

DEMONSTRATIVO ANALÍÍTICO DE INVESTIMENTOS E DE ENQUADRAMENTO DAS APLICAÇÕES R$ 1,00

Entidade: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL — Período: (Bimestre) novembro/dezembro/1996.

Sigla : **REFER** — Código : 10227 — C.G.C.: 30.277.685/0001-89

DISCRIMINAÇÃO	ESPÉCIE TIPO	QUANTIDADE NOV.	QUANTIDADE DEZ.	VALORES DE MERCADO NOV.	VALORES DE MERCADO DEZ.	% APLIC.	% DIV.
R – Recursos garantidores das reservas técnicas				460.337.134,36	865.329.942,25	0,00	100,00
B.– INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA		31.638.801	29.065.668	33.566.295,03	36.925.378,04	5,78	5,78
B 1 – Títulos de Responsabilidade dos Governos Estaduais		28.869.495	28.869.495	3.416.037,27	13.689.681,65	2,25	2,25
B 1. 1. - Letras do Tesouro do Estado de Sergipe		28.869.495	28.869.495	13.416.037,27	13.689.681,65	2,25	2,25
B 3. - Quotas e Obrigações do F.N.D.		27.026		12.324,51		0,00	0,00
B 7. - Aplic. em Instituições Financeiras		52.442	190.516	3.475.164,03	3.387.015,10	0,57	0,57
B 7. 8. - Quotas de FIF - Renda Fixa		50.402	188.476	56.384,74	211.819,80	0,02	0,02
B 7. 8. 1.- Banco do Brasil		30.183	182.867	33.777,86	205.473,15	0,02	0,02
B 7. 8. 2.- Bradesco		12.692	5.609	14.298,03	6.346,65	0,00	0,00
B 7. 8. 3.- Unibanco		7.527		8.308,85		0,00	0,00
B 7.11. - Debêntures não Conversíveis		2.040	2.040	3.418.779,29	3.175.195,30	0,55	0,55
B 7.11. 1.- Banestado Leasing		1.000	1.000	555.962,34	502.761,76	0,09	0,09
B 7.11. 2.- Besc		500	500	629.820,63	582.032,17	0,11	0,11
B 7.11. 3.- Dibens Leasing		140	140	1.183.965,71	1.142.797,71	0,20	0,20
B 7.11. 4.- Pontual Leasing		400	400	1.049.030,61	947.603,66	0,17	0,17
B 8 – TÍTULOS DE EMPRESAS		2.689.838	5.657	16.662.769,22	19.848.681,29	2,96	2,96
B 8. 1.– Obrigações de Empresas		2.592.254	1	536.353,25	43.353,99	0,07	0,07
B 8. 1. 1.- Eletrobras		2.592.254	1	536.353,25	43.353,99	0,07	0,07
B 8. 2.– Debêntures não Conversíveis		49	1	942.338,11	291,05	0,10	0,10
B 8. 2. 1.- Sabesp		49	1	942.338,11	291,05	0,10	0,10
B 8. 7. - Outros Títulos		97.535	5.655	15.184.077,86	19.805.036,25	2,80	2,80
B 8. 7. 1.- Banco do Brasil		97.534	5.654	2.852.768,18	7.243.195,33	0,73	0,73
B 8. 7. 2.- Mafersa		1	1	12.331.309,68	12.561.840,92	2,07	2,07
C. - INV. DE RENDA VARIÁVEL		76.542.377.420	76.681.653.021	178.131.304,49	174.305.414,64	29,42	29,42
C 1. - Mercado de Ações		76.542.376.780	76.681.652.381	171.423.451,71	167.464.051,46	28,30	
C 1. 1. - Mercado à Vista		6.960.547.324	7.105.822.925	162.453.512,94	161.750.070,89	26,99	
C 1. 1. 1.- Albarus	ON	1.000.000	1.000.000	880.000,00	780.000,00	0,14	0.41
C 1. 1. 2.- Antártica Polar	PN	387.035	381.035	820.514,20	838.277,00	0,14	0,56
C 1. 1. 3.- Antártica do Nordeste	PN	5.242.249	5.242.249	2.621.124,50	2.621.124,50	0,43	0,76
C 1. 1. 4.- Aracruz Celulose	PNB	2.219.359	2.219.359	3.639.748,76	3.772.910,30	0,62	0,62
C 1. 1. 5.- Bahia Sul	PNA	559.910	559.910	90.151,10	95.184,70	0,02	0,05
C 1. 1. 6.- Banco do Brasil	PN	20.630.434	207.630.434	1.862.444,99	1.885.284,34	0,31	0,31
C 1. 1. 7.- Bônus do Banco do Brasil	BT	41.526.086	41.526.086	66.026,48	65.195,96	0,01	0,04
C 1. 1. 8.- Bônus do Banco do Brasil	BT	62.289.130	62.299.130	94.679,48	86.581,89	0,02	0,06
C 1. 1. 9.- Bônus do Banco do Brasil	BT	103.812.217	103.815.217	144.303,15	139.112,39	0,03	0,10
C 1. 1.10.- Bradesco	PN	820.856.362	820.856.362	6.172.839,84	6.197.465,53	1,03	1,03
C 1. 1.11.- Brahma	PN	21.160.578	21.160.578	12.909.857,03	12.031.904,65	2,10	2,10
C 1. 1.12.- Brasmotor	ON	14.118.554	14.118.554	3.847.305,97	3.953.195,12	0,65	0,65
C 1. 1.13.- CBV Ind. Mec.	PN	841.100.000	841.100.000	471.016,00	487.838,00	0,08	9,99
C 1. 1.14.- Cemig	PN	214.151.434	214.151.434	7.141.950,32	7.503.866,25	1,21	1,21
C 1. 1.15.- Continental 2001	PN	15.700.000	15.700.000	359.530,00	345.400,00	0,06	0,34
C 1. 1.16.- Copene	PNA	1.496.500	100.000	569.508,04	40.009,00	0,06	0,06
C 1. 1.17.- Direitos a Receber					40.780,51	0,00	0,00
C 1. 1.18 - Dist. Ipiranga	PN	109.812.420	109.812.420	1.295.786.56	1.455.014.57	0,23	0,69
C 1. 1.19.- Duratex	PN	10.634.900	2.400.000	436.137,25	99.504,00	0,05	0,05
C 1. 1.20.- Eletrobras	PNB	21.365.731	16.265.731	7.241.487,21	6.263.770,35	1,15	1,15
C 1. 1.21.- Freios Vargas	PN	11.424.480	11.424.480	594.072,96	605.497,44	0,10	0,72
C 1. 1.22.- Itaú Banco	PN	20.980.714	20.980.714	8.568.103,98	9.428.523,06	1,48	1,48
C 1. 1.23.- Itausa	PN	10.600.000	10.600.000	8.268.000,00	8.268.000,00	1,38	1,38
C 1. 1.24.- Light	ON	11.356.000	11.356.000	3.709.778,08	4.159.589,24	0,65	0,65
C 1. 1.25.- Light Participação	PAR	11.356.000	11.356.000	2.210.445,40	2.841.384,76	0,41	0,41
C 1. 1.26.- Metal Leve	PN	50.560.000	50.560.000	416.108,80	363.020,80	0,07	1,00
C 1. 1.27.- Moddata	PN	5.356.533	5.356.533	267.826,65	214.261,32	0,04	13,38
C 1. 1.28.- Multibras	PN	3.270.745	3.270.745	4.448.213,20	4.251.968,50	0,73	0,73
C 1. 1.29.- Paulista de F. Luz	ON	33.574.261	33.574.261	3.463.856,51	4.098.074,30	0,61	0,61
C 1. 1.30.- Petrobras	PN	108.303.331	64.803.331	15.345.498,97	10.767.073,45	2,29	2,29
C 1. 1.31.- Petróleo Ipiranga	PN	514.273.600	514.273.600	7.071.262,00	7.760.388,62	1,22	1,22
C 1. 1.32.- Sadia Concordia	PN	899.446	899.446	719.556,80	710.562,34	0,12	0,14
C 1. 1.33.- Samitri	PN	20.875.000	28.875.000	837.375,00	866.250,00	0,14	0.36
C 1. 1.34.- Sano	PN	9.000.000	9.000.000	135.000,00	224.100,00	0,03	18,00
C 1. 1.35.- Souza Cruz	ON	1.130.798	1.130.798	6.649.092,24	7.745.966,30	1.17	1,17

DISCRIMINAÇÃO	ESP. TIPO	QUANT… NOV.	DEZ.
C 1. 1.36.- Suzano	PN	624.131	624.13
C 1. 1.37.- Telebras	PN	219.174.104	227.6
C 1. 1.38.- Telebras	ON	79.500.000	79.500
C 1. 1.39.- Telesp	PN	20.332.759	20.332
C 1. 1.40.- Telesp	ON	871.383	871.38
C 1. 1.41.- Usiminas	PN	3.515.000.000	3.515.
C 1. 1.42.- Vale Rio Doce	PN	573.319	573.31
C 1. 1.43.- Vid. Santa Marina	ON	676.400	676.40
C 1. 1.44.- klabin	PN	2.771.421	2.771.
C 1. 5. - Mercado de Opções de Compra		6.000.000	
C 1. 5. 1.- Telebras	PN	6.000.000	
C 1. 8. - Ações de Cias. Fechadas Desestatizadas.PNB		69.575.829.456	69.575
C 1. 8. 1.- Mafersa	ON	20.193.666.550	20.193
C 1. 8. 2.- Mafersa	PN	49.382.162.906	49.382
C 4 – Deb.Conversíveis de Emissão Pública		640	640
C 4. 1 – Iderol		640	640
G – **INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS**		37	35
G 1 – Terrenos		4	4
G 1. 1..– . Direito e Ação - terreno 6.930m² R.Henrique Scheid,61-Eng.Dentro RJ.		1	1
G 1. 2.– Área de 183.643,5 M2 Praia dos Cavalheiros - Macae - RJ.		1	1
G 1. 3.– Chácara Jurujuba Glebas A e C Estrada Flores Cruz Niteroi - RJ		1	1
G 1. 4. – 254 Lotes Urbanizados Vila Presidente Dutra - Bauru - SP.		1	1
G 3. – Quotas de Participação		1	1
G 3. 1. – Word Trade Center (0,33% Partic.) Av. Das Nações, 12.555 e 12.559 SP		1	1
G 4 – Edificação de Uso Próprio		1	1
G 4. – 1.Edif. Sede Rua da Quitanda, 173 Centro RJ.		1	1
G 5.– Edif. Locada(s)a(s) Patrocinadora(s)		1	1
G 5. 1. – Ed. Cidade Luz (15,98 %) Praca Alfredo Issa, 48/50 SP		1	1
G 6 – Edificações para Renda		21	21
G 6. 1. – Ed. Vital Brazil 12 / 18 pavs Av. Marechal Floriano, 19 Centro RJ		1	1
G 6. 2.– Ed. Labor Rua Brigadeiro Tobias, 300/308 SP.		1	1
G 6. 3.– Ed. Senador Pompeu Rua Senador Pompeu, 196 Centro RJ		1	1
G 6. 4. – Ed. Barcellos – 14 ao 18 Pavs. Av. Presidente Vargas,534 Centro RJ		1	1
G 6. 5 – Ed. Civitas – 17 Andar Rua México, 41 Centro RJ		1	1
G 6. 6.– Ed. Iasa II – 18 Pav. Av. Presidente Vargas,542 Centro RJ		1	1
G 6. 7. – Ed. Guanabara Lotes 10 e 11 Q-17 - Brasília DF.		1	1
G 6. 8. – Ed. Palácio do Rádio Av. W3 Q-1 - SRTV - Brasília DF		1	1
G 6. 9.– Ed. Internacional – Rio Praia do Flamengo, 154 s/ 1001 - RJ		1	1
G 6.10. – Ed. Jurubatuba Rua Agostinho Togneri-Sto.Amaro SP		1	1
G 6.11 – Ed. Palacio dos Tansportes Rua Sapucaí, 429 - B.H - MG.		1	1
G 6.12 – Ed. Martins Ferreira Rua Martins Ferreira, 91 - RJ.		1	1
G 6.13 – Ed. Visconde de Caravelas Rua Visconde de Caravelas, 55 – RJ.		1	1
G 6.14. – Ed. CENESP BL. 5E Av. Maria Coelho Aguiar, 215 SP		1	1
G 6.15. – Ed. CENESP BL. 5D Av. Maria Coelho Aguiar, 215 SP		1	1
G 6.16 – Ed. Brasilinterpart Rua Guararapes, 2063/2096 SP		1	1
G 6.17. – Ed. CENESP BL. J Av. Maria Coelho Aguiar, 215 SP		1	1
G 6.18. – Ed. Madison Building Rua Gomes Carvalho – Vila Olimpia - SP		1	1
G 6.19.– Centro Empresarial Varig (04 pav)Torre Oeste - Brasília DF.		1	1
G 6.20. – Ed. CENESP BL. 1			

mentos – Bimestre Novembro e Dezembro de 1996

NTIDADE	VALORES DE MERCADO		%	%
	NOV.	DEZ.	APLIC.	DIV.
131	1.685.153,70	1.685.153,70	0,28	0,28
7.674.104	17.167.907,57	18.238.972,47	2,92	2,92
00.000	5.301.855,00	5.882.205,00	0,92	0,92
92.759	3.750.580,73	4.592.356,95	0,67	0,67
383	159.314,95	195.695,19	0,03	0,03
5.000.000	3.620.450,00	3.725.900,00	0,61	0,61
319	12.423.822,73	11.563.844,23	2,02	2,02
400	2.232.120,00	2.198.300,00	0,37	0,37
1.421	2.743.706,79	2.660.564,16	0,46	0,46
	537.305,66		0,12	0,12
	537.305,66		0,12	0,12
75.829.456	8.432.633,11	5.713.980,57	1,25	1,25
93.666.550	2.447.484,74	1.658.423,89	0,36	0,36
82.162.906	5.985.148,37	4.055.556,68	0,89	0,89
	6.707.852,78	6.841.363,18	1,13	
	6.707.852,78	6.841.363,18	1,13	1,13
	241.391.137,39	240.918.635,39	40,14	40,14
	5.064.221,64	5.064.221,64	0,85	0,85
	1.229.824,13	1.229.824,13	0,21	0,21
	2.294.524,23	2.294.524,23	0,39	0,39
	659.073,06	659.073,06	0,11	0,11
	880.800,22	880.800,22	0,15	0,15
	1.424.105,70	1.421.548,02	0,24	0,24
	1.424.105,70	1.421.548,02	0,24	0,24
	3.804.775,61	3.795.591,63	0,64	0,64
	3.804.775,61	3.795.591,63	0,64	0,64
	1.326.262,78	1.305.757,13	0,22	0,22
	1.326.262,78	1.305.757,13	0,22	0,22
	133.488.808,63	133.203.930,65	22,20	22,20
	7.166.732,53	7.152.430,82	1,20	1,20
	2.438.531,87	2.433.726,11	0,41	0,41
	1.430.488,33	1.427.698,63	0,24	0,24
	2.029.273,18	2.024.931,21	0,34	0,34
	446.072,56	445.167,54	0,08	0,08
	670.689,21	669.223,52	0,12	0,12
	2.966.891,07	2.961.031,12	0,49	0,49
	6.944.871,81	6.930.220,52	1,16	1,16
	3.114.009,99	3.107.563,37	0,52	0,52
	3.301.569,58	3.294.910,43	0,55	0,55
	5.673.422,38	5.661.942,44	0,94	0,94
	6.255.816,02	6.243.204,75	1,04	1,04
	1.100.478,23	1.098.279,36	0,19	0,19
	7.119.422,04	7.105.323,18	1,19	1,19
	21.349.957,63	21.306.842,58	3,55	3,55
	8.079.221,88	8.057.018,94	1,35	1,35
	1.144.182,64	1.141.837,95	0,19	0,19
	29.765.141,83	29.695.991,67	4,95	4,95
	8.591.850,06	8.575.799,62	1,43	1,43

DISCRIMINAÇÃO	ESP.	QUANTIDADE		VALORES DE MERCADO		%	%
	TIPO	NOV.	DEZ.	NOV.	DEZ.	APLIC.	DIV.
Av. Maria Coelho Aguiar, 215 SP		1	1	7.103.740,83	7.089.388,89	1,18	1,18
G 6.21. – Ed. Cidade Luz (84,02 %)							
Praça Alfredo Issa, 48/50 SP		1	1	6.796.444,94	6.781.398,00	1,13	1,13
G 7. – Investimentos em Shopping Center		7	7	94.718.575,09	96.127.586,32	15,85	15,85
G 7. 1.– Shopping Mapim (17,5% fração ideal) – Av. Juscelino Kubstchek- Itaim SP		1	1	4.193.143,21	4.185.638,39	0,70	0,70
G 7. 2.– Norte Shopping (20 % fração ideal) – Av. Suburbana, 5474 - RJ.		1	1	15.483.827,30	16.684.162,91	2,65	2,65
G 7. 3. – Shop. Iguatemi Maceió (25% fração ideal)– Av Constança Goés Monteiro-Maceió-AL		1	1	8.031.230,70	8.014.048,51	1,34	1,34
G 7. 4. – Shop. Center Barra (25% fração ideal)– Av. Centenario - Barro da Barra-BA		1	1	12.866.665,78	12.838.740,45	2,14	2,14
G 7. 5 – Taubaté Shop. Center (25% fração ideal)– Av.Charles Schneder,1700-Taubaté SP		1	1	7.778.466,49	7.762.244,82	1,30	1,30
G 7. 6. – Minas Shopping (26% fração ideal)– Av.Cristiano Machado-B. Unaio - MG		1	1	13.305.243,58	13.641.224,90	2,24	2,24
G 7. 7 – Shopping Iguatemi Belem(24,3377%)– Eutiquio, 1130 Belem PA.		1	1	33.059.998,03	33.001.526,34	5,50	5,50
G 8 – Outros Investimentos Imobiliários		2		1.564.387,94		0,34	0,34
G 9. 1 – Minas Shopping (Obras de expansão)– Av. Cristiano Machado-B. União MG		1		351.743,63		0,08	0,08
G 9. 2 – Norte Shop. (Obras Revitalização– Av. Suburbana, 5474 - RJ		1		1.212.644,31		0,26	0,26
H – EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES		1		3.648,68		0,00	0,00
H 1.– Empréstimos aos Participantes		1		3.648,68		0,00	0,00
I. – FINANCIAMENTOS AOS PARTICIPANTES		1	1	57.604,11	58.835,28	0,01	0,01
I 1. – Financiamentos aos Participantes		1	1	57.604,11	58.835,28	0,01	0,01
J – OPERAÇÕES PASSIVAS CONTRATADAS COM PATROCINADORAS		1	2	7.187.144,66	413.121.678,90	24,65	24,65
J 1 – Operações Contratadas		1	2	7.187.144,66	413.121.678,90	24,65	24,65
J 1. 1 – CBTU		1	1	7.187.144,66	5.121.678,90	1,08	
J 1. 2 – RFFSA (Lei 9.364/96)			1		408.000.000,00	23,58	23,58

QUADRO III - REQUISITOS DE DIVERSIFICAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$	%
1.Títulos Públicos e Privados com prazo a decorrer na data da sua aquisição, inferior a 90 dias e em Operações Compromissadas. - Não houve operação.:		
2.Margem de Garantia adicionado ao somatório dos valores pagos a título de prêmio em operações de compras de opções. – Nao houve operação:		
3.Diferencial entre premios pagos e recebidos em operacoes no mercado de opcoes que resultem em rendimentos predeterminados. - Não houve operação:		
4.Valores correspondentes as margens de operacoes de venda de opcoes de compra a descoberto e de venda de opcoes de venda; - Não houve operação:		
5.Aplicações em uma unica serie de debêntures: - Não houve operação:		
6.Aplicacoes em quotas de um unico fundo de investimentos imobiliários: – Não houve operação:		
7.Aplicações em quotas de um único fundo mútuo de investimentos em empresas emergentes: - Não houve operação:		

QUADRO IV - DESENQUADRAMENTO - APLICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	% DESENQ.	Obs
1 - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS MAIOR QUE 20% DOS RECURSOS GARANTIDORES	20,14	
2 – Edificações para Renda MAIOR QUE 20% DOS RECURSOS GARANTIDORES	2,20	
3 – Ed. Madison Building MAIOR QUE 4% DOS RECURSOS GARANTIDORES	0,95	
4 – Shopping Iguatemi Belem(24,3377%) MAIOR QUE 4% DOS RECURSOS GARANTIDORES	1,50	

QUADRO V - JUSTIFICATIVAS

1 - SEM JUSTIFICATIVA

DIRETOR ---------- CONTADOR ---------- SCTBTRI-FSS

ASSINATURA: ASSINATURA

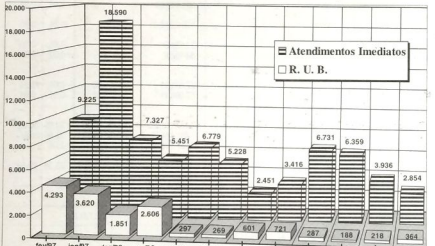
C.P.F.: 431.006.787-53
NOME COMPLETO: CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA

C.R.C.: RJ - 011.788-1
NOME COMPLETO: CARLOS SANTORO

CENTRAL DE ATENDIMENTO COMEMORA 1º ANIVERSÁRIO

Desde sua inauguração, em março/96, a Central de Atendimento ao Participante tem registrado crescente número de ligações. Inicialmente, para consultas sobre benefícios supletivos e valor dos saldos de Reserva de Poupança, principalmente pelos processos de Incentivo à Aposentadoria - PIA e Programa de Incentivo à Demissão - PID, promovidos pela RFFSA, em decorrência do processo de privatização das malhas ferroviárias. Outro motivo de congestionamento é o grande número de resgate da Reserva de Poupança, com o advento da Lei 9.364, de 16/12/96, que estendeu aos participantes ativos transferidos às Concessionárias, em caráter excepcional o direito de resgate.

Em doze meses de funcionamento foram registradas 57.934 ligações, nas quais mais de 87% foram atendimentos imediatos, cerca de 50 mil pessoas usufruíram de serviços em tempo real, "on-line", ou seja, participantes e beneficiários obtiveram esclarecimentos imediatos às suas dúvidas ou indagações. Destacam-se também, os atendimentos que geraram solicitação de concessão de benefícios, Requisição Única de Benefícios - RUB, realizado através de mala direta aos participantes ou a seus beneficiários, de forma confortável e sem despesa adicional. É importante ressaltar que, nesse total de ligações, os endereços de todos foram atualizados no cadastro da Fundação.



Quem pode levantar a reserva de poupança?

Desde 1978, com a regulamentação da Lei 6.435/77, os participantes dos Fundos de Pensão têm assegurado o direito de receber pagamento único, acrescido de correção monetária, chamado Reserva de Poupança. Esta Reserva corresponde a restituição parcial do montante de todas as contribuições pagas ao Fundo. A REFER restituiu 100% desse montante, descontado o imposto de renda, calculado de acordo com a tabela progressiva.

Até dezembro do ano passado, a Reserva de Poupança só podia ser resgatada por motivo de perda do emprego junto à Empresa patrocinadora. Com a Lei 9.364, de 16/12/96 (antiga MP 1.529, de 20/11/96, publicada na íntegra, no Expresso REFER 76), esse direito foi estendido, excepcionalmente, aos participantes transferidos às empresas concessionárias de malhas ferroviárias, em decorrência do processo de privatização da RFFSA. É facultado aos participantes que não tenham interesse de continuar na Fundação, o direito de levantar sua Reserva de Poupança, adotando-se um dos seguintes procedimentos:

1) Concessão anterior ao advento da Lei 9.364.

Para os empregados da RFFSA transferidos às concessionárias: NOVOESTE, CENTRO-ATLÂNTICA E MRS LOGÍSTICA. Prazo de 90 dias da data de publicação da Lei;

2) Concessão posterior a Lei 9.364.

Para os empregados da RFFSA transferidos para: FERROVIA TEREZA CRISTINA S/A, FERROVIA SUL ATLÂNTICO S/A e futuras Concessionárias. O prazo é de 90 dias a contar da data de sua transferência para nova Empresa.

Como fazer

Para solicitar o resgate de sua Reserva de Poupança, o interessado deve ligar para a Central de Atendimento, através do telefone (0800) 26-6362, ligação gratuita, de 08 às 17:30h ou enviar as informações necessárias ao registro do pedido, através do FAX da REFER: (021) 263-6787.

O participante que desejar encaminhar seu pedido via FAX, deverá prestar as seguintes informações, de acordo com a sua situação: Participantes ativos transferidos às concessionárias: matrícula, telefone para contato, endereço completo atualizado (inclusive o CEP), e o nome da cidade de sua preferência, onde tenha uma agência do Banco do Brasil;

Participantes desligados com idade inferior a 46 anos: matrícula, telefone para contato, endereço completo atualizado (inclusive o CEP), nome da cidade de sua preferência onde tenha uma agência do Banco do Brasil, data do desligamento da Empresa, tipo de desligamento (aposentadoria, PID, demissão), data de nascimento.

Participantes aposentados com idade igual ou superior a 47 anos: além dos dados anteriores, verificar e informar, se for o caso, de acordo com cada situação, os seguintes dados: tipo de aposentadoria, data do seu início, tempo de serviço considerado, salário de benefício.

Para os demais participantes, informar, se requereu a aposentadoria e está aguardando a concessão pelo INSS; ou se possui 47 ou mais anos e não possui tempo de serviço para o INSS.

Como funciona – A REFER encaminha para a residência do requerente um Kit de documentos previamente preenchidos com dados cadastrais do participante e outras informações referentes à solicitação, junto com um envelope Encomenda - Resposta com porte - pago. Assim, a documentação assinada e autenticada é devolvida para a REFER, sem despesa adicional. Antes do recebimento do benefício, a REFER encaminha à residência do requerente uma Comunicação de Liberação da Reserva, com indicação do valor, data, banco/agência e/ou outras informações pertinentes.

Prioridade – Conforme determina a Lei 9.364/96, artigo 11, parágrafo único, cabe a Patrocinadora Instituidora, no caso a RFFSA, prover os recursos necessários para os pagamentos dos valores das Reservas de Poupança. Dessa forma, a REFER está liberando os créditos.

Garantia de prazo – É importante frisar que os pedidos de resgate - em especial dos empregados transferidos às Concessionárias - via Central de Atendimento ou via FAX, são registrados por um sistema informatizado "on-line", da REFER, que garante o registro da solicitação do benefício no prazo estipulado pela Lei.

Suplementação de Auxílios-Doença e Reclusão

Dentre o elenco de benefícios supletivos oferecidos pela REFER destaca-se a suplementação de Auxílio-Doença, devida ao participante enquanto lhe for garantido o Auxílio pelo INSS. Quando o segurado fica doente, os primeiros 15 dias são por conta do Empregador; se persistir o afastamento, a contar do décimo sexto dia, o empregado ficará licenciado pelo Instituto até que tenha condições para retornar ao trabalho.

Nesse momento, a REFER, através da suplementação, ajuda a recompor o salário do trabalhador. Além de suplementar o Auxílio-Doença, concede também, suplementação de Auxílio-Reclusão, que é devida a contar da data da efetiva detenção ou reclusão do participante e paga aos seus dependentes enquanto o benefício for garantido pelo INSS.

Em 1996, foram concedidos 3.308 Auxílios-Doença e 25 Auxílios-Reclusão, sendo desembolsado pela Fundação cerca de R$ 1 800 000.

Suplementação não se estende aos metroviários

Os metroviários não recebem suplementação de Auxílio-Doença da REFER, pelo menos nos seis primeiros meses de afastamento, uma vez que a Cia. do Metropolitano do Rio de Janeiro - METRÔ complementa seus salários em caso de doença. É vedado então a REFER o pagamento de suplementação enquanto o empregador estiver complementando o salário do participante, de acordo com o estabelecido no Regulamento Específico do METRÔ, para quem quiser conferir: verificar o artigo 33, parágrafo segundo.

Almoço de confraternização na Associação dos Aposentados(RJ)

Aposentadoria: sonho que requer preparo

No decorrer da vida laborativa a rotina de sair, diariamente, da nossa casa para trabalhar, muitas vezes não deixa tempo à reflexões. Os anos se sucedem e, de repente, estamos próximos da aposentadoria. A partir deste momento começamos a analisá-la quanto ao momento oportuno do desligamento.

Ao procedermos esta análise é que, realmente, tomamos conhecimento da importância de contribuir para um Fundo de Pensão. Publicações especializadas registram que apenas 200 mil brasileiros, com mais de 50 anos, conseguem manter o mesmo padrão de vida na aposentadoria e graças aos planos de previdência privada.

Estudiosos do assunto, entre os quais psicólogos, sociólogos e assistentes sociais, sustentam que a preparação para aposentadoria deveria ter início a partir do momento em que ingressamos no mercado do trabalho. No entanto, a maioria das pessoas somente reflete sobre o assunto às vésperas do seu destigamento, quando esta fase é aguardada com expectativa e, também, com um pouco de medo por se admitir uma possível sensação de inutilidade, de isolamento, de doença e de progressiva desatualização. Este entendimento, para alguns psicólogos, é decorrente da falta de perspectiva pessoal. Daí a necessidade de um planejamento adequado, a fim de eliminar-se o sentimento de improdutividade.

Para aumentar a expectativa de vida na aposentadoria, há várias saídas. O aposentado pode partir para um negócio próprio que não implique em tempo integral de trabalho e proceder, gradativamente, em busca da adaptação à nova fase de vida. Programar viagens é outra solução que leva ao exercício da pesquisa e da intelectualidade, além de proporcionar singular laser. Muitos voltam a estudar e participam de cursos isolados, ou até mesmo, de nova formação superior. Com isso é notória a convivência ao lado dos mais jovens, e o tempo é preenchido de maneira satisfatória. Pode-se, também, através de atividade de grupo, dedicarem-se a assuntos filantrópicos, com assistência aos menos favorecidos. Esta opção é, de fato, muito gratificante.

Outros estudiosos apontam alternativas várias para evitar-se a depressão pós-aposentadoria. A prática de atividades que estimulem a criatividade. Entre elas estão a biodança, as artes plásticas, a música e os jogos de recreação.

Em cada um de nós há um significativo potencial que não fora, ainda, utilizado. Em qualquer idade podemos ativá-lo, para favorecer o crescimento pessoal. (**Alberto Passos**)

Nova REFER: Um projeto de restruturação em desenvolvimento

Encontra-se em pleno desenvolvimento o projeto de restruturação da REFER, idealizado pela atual diretoria e voltado ao aprimoramento e uma melhor dinâmica, aos programas: mercadológico, empresarial e de produtos e serviços.

O segmento mercadológico situa-se na busca de transformar a Fundação em um fundo multipatrocinado através do aperfeiçoamento das relações institucionais e da adequação ao ambiente competitivo. Para tanto, é pleno o entendimento dos técnicos da Fundação, ser necessário um profundo esforço para conscientização institucional junto ao público da REFER.

É, ainda, objetivo programático a adequação da estrutura organizacional, voltada, principalmente, ao relacionamento comercial em que estejam presentes no processo de mudança, as patrocinadoras e os participantes. Para que este objetivo agasalhe uma participação consciente do público envolvido no processo, a diretoria da REFER entende serem necessárias, no momento adequado, ações de marketing voltadas à recuperação da imagem institucional da Fundação e que proporcionem condições de apoio na conquista de novos mercados e de novos produtos.

Este esforço mercadológico conta, também, com a necessidade da adequação da REFER ao ambiente competitivo, através da redução de custos administrativos e operacionais. Ainda coerente com o processo de envolvimento do grupo, está implícita a necessidade de adequação dos dispositivos regulamentares com o objetivo de proporcionar maior representatividade de gestão, aos participantes e às patrocinadoras.

Segmento empresarial

No segmento empresarial, os estudos desenvolvidos pela diretoria detectaram, preliminarmente, a necessidade de consolidar-se o equilíbrio econômico-financeiro através de permanente vigilância do fluxo e das receitas previdenciais, além da reestruturação da política de gestão de investimentos, voltada aos princípios básicos de liquidez, rentabilidade e segurança.

A capacitação administrativa direciona-se no sentido de, no menor prazo possível, ser procedida a adequação da estrutura organizacional e, ainda, a otimização dos processos internos. Na medida da necessidade vem-se procedendo à terceirização de serviços de suporte, alheios à atividade fim da Fundação. Concomitantemente à capacitação administrativa, desenvolve-se a formação tecnológica através da modernização dos meios que ofereçam, a nível empresarial, suporte, agilidade e segurança dos processos administrativos.

Produtos e serviços

Coerente com o objetivo fim da REFER que implica em proporcionar ao participante, o bem-estar social, capaz de oferecer no período da vida laborativa, a segurança de uma garantia previdenciária, que mantenha o mesmo nível econômico-social nos casos de doença ou incapacidade física.O mesmo entendimento se aplica aos que atingem a aposentadoria com usufruto da tranquilidade da terceira idade.

A diretoria entende que, como ponto alto da Nova REFER, os produtos e serviços merecem destaque especial.

Os novos planos de benefícios encontra-se em adiantado estágio de desenvolvimento (ver matéria a parte sobre este assunto) com a construção de novos planos alternativos.

Com objetivos de evitar possíveis surpresas no que se refere à desequilíbrios atuariais ao longo do tempo é determinação da diretoria da REFER manter constante vigilância quanto a contínua avaliação dos planos de benefícios, ao mesmo tempo que se exercita a observação permanente junto aos participantes de suas necessidades oferecendo-se, a cada momento, novos produtos, garantindo assim, sua cresente participação no mercado previdenciário suplementar.

O aprimoramento do atendimento ao cliente é uma realidade em adiantada fase de execução, com a criação da Central de Atendimento e do serviço Fale com a Superintendência. Através do primeiro, com um sistema informatizado on line (ver matéria em outra página), a operacionalização do atendimento ficou centralizada na sede (Rio de Janeiro) o que proporciona maior velocidade e unificação de métodos de atendimento. Esta medida gerencial, certamente, oferece ao participante maior conforto e confiabilidade. Da mesma maneira proporciona a Fundação significativa redução de custos administrativos.

Por sua vez, o projeto Fale com a Superintendência, sugestão do diretor Aloysio de Azevedo, tem como objetivo oferecer uma linha direta entre os participantes e a diretoria, abrindo-se assim, um novo canal de comunicação, com o propósito da REFER colher sugestões ou esclarecer qualquer dúvida institucional, face as constantes notícias veiculadas na imprensa de forma incorreta. Este serviço difere, significativamente, do que é oferecido pela Central de Atendimento, onde é possível, de imediato, dar informações sobre o andamento dos processos e, também, proceder orientações e solicitações de concessões de benefícios, através de moderno sistema informatizado.

Início dos Trabalhos

O diretor-superintendente da REFER, engº Aloysio de Azevedo, constituiu Grupo de Trabalho, em 27.11.96, destinado ao desenvolvimento do Projeto de Reestruturação da REFER, desde as etapas de Planejamento, Programação de Atividades, Acompanhamento e Apoio aos Ajustes.

Em reuniões consecutivas ocorridas desde a data de sua constituição, o Grupo de Trabalho desenvolve com apoio das áreas específicas, os seguintes programas: no segmento mercadológico é desdobrada, com a participação da Assessoria Jurídica, a revisão do Estatuto Social e Regulamento Básico. Consiste na adequação e atualização dos dispositivos regulamentares à nova realidade da Empresa, bem como ao novo momento histórico.

Para o segmento Empresarial, através da Assessoria de Organização e Métodos, encontra-se, também, em execução a otimização do leiaute das instalações da Fundação, em sua sede. A medida tem por objetivo obter a redução de custos administrativos operacionais e, ainda, viabilizar o crescimento dos investimentos imobiliários, através da locação da área que resultará disponível. Da mesma maneira, com a assistência técnica do Departamento de Administração Imobiliária, o Grupo de Trabalho busca a desmobilização da Carteira de Imóveis, com o objetivo maior de proceder o reequilíbrio do patrimônio aos limites legais, no que leva em consideração o resultado positivo do investimento imobiliário, bem como o atendimento ao fluxo de caixa. Ainda no segmento empresarial, através do Departamento de Administração Financeira, procura-se a otimização do sistema de pagamento, com a modernização dos mecanismos de controle, calcados na obtenção de segurança dos recursos financeiros, destinados ao pagamento dos benefícios. Contando com a unidade de ação da Assessoria Jurídica; do Departamento de Administração Imobiliária; e do Departamento de Administração de Benefícios, o Grupo de Trabalho persegue o equilíbrio econômico-financeiro, através da revisão dos atuais processos internos. Encontra-se em plena execução a estruturação e sistematização do controle de processos, a normalização do processo de concessão de benefícios e a revisão e atualização do sistema de administração imobiliária.

Finalmente, no que concerne a produtos e serviços, a Assessoria de Desenvolvimento otimiza novos planos de benefícios, notadamente, o de contribuição definida, com o objetivo primordial de adequá-lo à realidade histórica da REFER.

A partir da esquerda: Carlos Frederico Aires Duque, Eduardo Gomes Pereira, Renato da Silva Almeida, Denise Pestana Cunha Telles, Luis Adonis Velente Correia, Clelma Lúcia Lima F. Oliveira e Eliane Ferreira Porto

Remédio cura Fundação belga

Há dois anos, Oswald Hoste concordou voluntariamente com um corte de 50% na sua pensão. Esse ato de generosidade do Dr.Hoste e de muitos outros aposentados no plano de pensão para médicos, dentistas e farmacêuticos na Bélgica salvou o fundo da ameaça de extinção. A aprovação não só eliminou bilhões de francos belgas dos passivos do fundo, como também converteu o plano de "pagamento durante a vigência" em um veículo financiado previamente, com contas individualizadas, informa reportagem do jornal Pension & Investiment...

A despeito das previsões pessimistas dos peritos, de que os aposentados jamais concordariam com um corte em seus benefícios, os dirigentes de fundos persistiram e obtiveram o consentimento para mudar, resultando em " transição notável", declarou Koen de Ryck, diretor executivo do Pragma NV, de Bruxelas, que aconselha o fundo de quase 10 bilhões de francos belgas (US$ 325 milhões) sobre estratégia de investimentos.

Analistas acreditam que a mudança poderá fornecer lições importantes aos outros planos europeus do tipo " pagamento durante a vigência". A situação do fundo dos médicos belgas " focaliza onde estão os problemas nos fundos de pensão na Europa", disse Karel Stroobants, gerente geral adjunto do fundo.

Esses planos têm sido há muito tempo valorizados na Europa porque criam um sentimento de "solidariedade" entre gerações. A idéia é que a geração mais jovem apoiará a mais velha, e menos abastada, na sua aposentadoria.

O problema é que esses planos, que pagam cerca de 85% dos benefícios de pensão na União Européia, correm o risco de quebrar a geração mais jovem devido ao conjunto decrescente de trabalhadores que os financia. Segundo um estudo recente pela Federação Européia para Provisão de Aposentadoria, de Bruxelas, a proporção de aposentados relativa a trabalhadores ativos crescerá para 59% no ano 2040, comparados com 36,2% em 1990...

Acordo

Para o plano dos médicos belgas, o problema de financiamento originou•se do acordo de 1968 entre o governo e os profissionais médicos, (dentistas e farmacêuticos) que criou o plano...

Embora a participação fosse voluntária, o governo impôs uma exigência de que pelo menos um terço dos então 12 mil médicos belgas participasse do novo plano. Para atrair participantes mais velhos, o plano ofereceu um incentivo especial: Desde que cumprisse com pelo menos dez anos de contribuições, poderiam reivindicar mais 20 anos de crédito de serviço passado.

Para o Dr. Hoste, pai, que contribuiu dos 55 a 65 anos, os créditos rotativos proporcionaram um retorno de quase 40% anualizados sobre seu investimento. " Ele sempre me disse que esse foi o melhor investimento de toda a sua vida", relembrou o Dr. Paul Hoste, de 47 anos, especialista gastrointestinal que também pertence à diretoria do fundo médico...

No começo dos anos 90, os dirigentes do plano perceberam que um aperto aconteceria no decorrer do tempo.

A Bélgica foi inundada por um crescente número de médicos jovens, aproximadamente um para cada 200 habitantes. Enquanto isso, as pressões sobre os custos da assistência médica mantiveram os salários dos médicos em níveis reduzidos • tanto que muitos dos mais jovens enfrentaram dificuldades para equilibrar suas contas pessoais.

Fora dos trilhos

A "solidariedade" criada entre as gerações por meio de sistemas de aposentadoria de "pagamento durante a vigência" descarrilou. Em vez de médicos endinheirados que pagam as pensões dos idosos em dificuldades, o sistema de pensão estava transferindo dinheiro dos médicos que lutam para sobreviver para os aposentados ricos. Falava-se muito sobre "solidariedade", disse Stroobants. Mas "esta solidariedade estava ficando perversa". acrescentou.

Além disso, parecia cada vez menos provável que as gerações seguintes de médicos participassem do sistema, levando os mais jovens a imaginar quem pagaria suas pensões quando se aposentassem...

As opções que se apresentaram aos curadores do fundo foram duras. Poderiam simplesmente liquidar o fundo, o quinto maior da Bélgica. Mas também poderiam modificar a fórmula de benefícios, adiando o inevitável por mais algum tempo. Ou poderiam passar para um sistema capitalizado, totalmente financiado, e, no processo, reduzir os benefícios de pensão aos aposentados. " Foi uma mensagem difícil para transmitir à geração mais velha", afirmou Dr. Hoste...

Em duas línguas

Para tornar a mudança atraente aos aposentados, eles ofereceram a opção de benefício em uma soma única, em vez de anuidade. Para as gerações mais jovens, o governo aumentou em 50% a contribuição máxima dedutível do imposto e eliminou os limites sobre contribuições totais.

Em maio de 1994, os médicos aprovaram por maioria esmagadora a adoção de um sistema capitalizado, que entrou em vigor em janeiro de 1995. Cerca de 90% dos aposentados do fundo concordaram com a renúncia de benefícios ainda não recebidos...

Como conseqüência, os passivos do plano declinaram de 10 bilhões (US$ 325 milhões) para 8,5 bilhões de francos belgas (US$ 273 milhões), enquanto 1.318 aposentados receberam 2,2 bilhões de francos belgas (US$ 71 milhões) em desembolsos únicos.

Renovação

Sob o novo sistema, os administradores do plano calcularam que teriam de obter uma taxa de retorno de 7,75% para fornecer o mesmo nível de benefícios aos participantes com idade de 60 anos e acima. Mas a legislação belga limita a garantia máxima em 4,75%.

Sem nenhum empregador por trás dos benefícios, a autoridade regulamentadora disse que o plano precisava fornecer uma margem de solvência de 4%. Se o fundo não conseguisse produzir rentabilidades adequadas, o governo iria apoiar uma proporção declinante dos passivos nos cinco primeiros anos após a conversão. Dadas essas restrições, os dirigentes do plano perceberam que tinham de reformar radicalmente a política de investimento para conseguir 3% adicionais de retorno. A única opção foi aumentar vigorosamente as posições em ações.

Em dois anos, a tarefa foi realizada. O fundo dos médicos belgas possui agora uma composição de ativos de 60% em ações(um terço em ações belgas; dois terços internacionais; 15% em bônus belgas; 15% em bônus alemães e holandeses; 9% em imóveis; 1% em dinheiro. A composição anterior era de 75% em bônus; 20% em ações e 5% em imóveis.

Profissionalização

Os dirigentes do fundo designaram a State Street Bank&Trust Co., de Bruxelas, com o custodiante mundial. Depois, vários administradores especializados foram nomeados. O controle de risco e a distribuição tática de ativos são conduzidos por uma comissão interna.

Felizmente para o fundo, sua estratégia foi adotada no momento oportuno. Em 1995, obteve um rendimento de 18,4%, atingindo um dos melhores desempenho da Bélgica. Segundo a Associação Belga de Fundos de Pensão, a média nacional foi de 11,1%...

No primeiro semestre de 1996, a lucratividade foi de 12,1%, reforçando ainda mais a solvência do fundo para gerações futuras.

Transcrito do Investidor Institucional (10/96)

FHC LANÇA PROJETO DE EXPANSÃO DO METRÔ DO RECIFE

O presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em 24 de janeiro, esteve em Pernambuco, na Base Aérea Militar, para lançamento do projeto de complementação e expansão do sistema metropolitano do Recife. Esse projeto irá transformar o metrô do Recife no segundo maior do País em extensão, 40km de linha, sendo superado apenas pelo paulista, que possui 42km.

Na ocasião foi assinada, também, a liberação para a publicação dos editais de licitação das obras, que irão envolver cerca de R$204 milhões. Cinqüenta por cento desses recursos serão financiados pelo Banco Mundial e a contrapartida pela União.

O período de conclusão das obras é de quatro anos, sendo que a primeira etapa compreenderá o trecho Recife/Cajueiro Seco, no Município de Jaboatão dos Guararapes, seguindo-se a ligação entre o Terminal Integrado de Passageiros - TIP e Timbi, em Camaragibe.

Dentro do projeto serão realizadas, também, obras no sistema de infra e superestrutura, climatização das composições do metrô, ampliação das oficinas de manutenção, recuperação dos trens de passageiros e locomotivas diesel, dos sistemas de telecomunicação, sinalização e eletrificação.

A solenidade estiveram presentes, também, o vice-presidente Marco Maciel; o ministro dos Transportes, Alcides Saldanha; o governador do Estado, Miguel Arraes; o prefeito de Recife, Roberto Magalhães; o diretor•presidente da CBTU, Paulino Talarico Corrêa e o gerente geral de projetos do Banco Mundial, Jorge Rebelo, além de várias autoridades federais, estaduais e municipais.

FIQUE SABENDO

- **REFER** pagou, em 1996, o montante de **R$ 91 Milhões** a título de benefícios, tais como: aposentadorias, auxílios, pecúlios e pensões.
- Ainda em 1996, a **REFER** liberou **9.186** Reservas de Poupança no valor total de **R$ 22 Milhões .**
- A Central de Atendimento atendeu, de março a dezembro/96 57.934 ligações, cuja média diária registrada em dezembro foi de 459 telefonemas, no horário de 08 as 17:30h.
- A **RFFSA** está com suas contribuições em dia.
- A **RFFSA** retomou o pagamento de suas contribuições, de acordo com a taxa estatutária de 11,61%.
- 1995 para 96 o quadro de assistidos da **REFER** aumentou em quase 10%, passando de **25.770** para **28.197** participantes e pensionistas.
- Que em 1996 as Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos (aposentadorias) cresceram 50% do valor dos últimos 16 anos.
- Foi criado um Grupo Interministerial para apreciar as soluções que estão em andamento para a recuperação da **REFER.**
- A **REFER** desenvolve novos modelos de Planos de Benefícios.
- A **REFER** está autorizada, em caráter excepcional, a pagar as reservas de poupança aos participantes que foram transferidos às concessionárias